

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Imposto de renda à alíquota de 15%, 10% de adicional e contribuição social de 9%.	
a) Capital social				31.12.2023	31.12.2022
O capital social é de R\$49.500 e está subscrito e integralizado, composto por 339.407.505 ações, sendo 250.349.180 ações ordinárias e 89.058.325 ações preferenciais escriturais, todas sem valor nominal.				47.660	44.831
b) Reserva Legal				270	1.871
O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se a 5% do lucro líquido dos exercícios, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a companhia mantém registrado nesta rubrica o valor de R\$ 9.900 (R\$10.319 2022).				47.930	46.702
c) Dividendos				15.251	14.346
O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício. Para as ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% sobre o lucro líquido.				22	150
				32	225
				10.167	9.571
				325	78
				25.765	24.145
				25.775	24.220
				6.417	6.012
				2.320	2.180
				8.737	8.192
Dividendos a pagar					
Juros s/ capital próprio a pagar					
Em 31.12.2022	9.187	393	9.580		
Dividendos pagos	(1.813)	-	(1.813)		
Dividendos propostos 2023	4.277	-	4.277		
Em 31.12.2023	11.651	393	12.044		
Lucro líquido do exercício				31.12.2023	31.12.2022
				14.259	15.140
Reserva legal				-	(757)
Base de cálculo dos dividendos				14.259	14.383
Cálculo dos Dividendos				30%	30%
Dividendos mínimos obrigatórios				4.277	4.315
Dividendos propostos - 30%				4.277	4.315
Os dividendos correspondem respectivamente a R\$12,28 (R\$ 12,39 - 2022) em reais, por lote de mil ações ordinárias e R\$13,51 (R\$13,63 - 2022) em reais, por lote de mil ações preferenciais.					
d) Ajuste de Avaliação Patrimonial					
Refere-se a contrapartida do ajuste de avaliação patrimonial em imóveis e terrenos em estoques registrados como propriedades para investimentos, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, calculados e ajustados pelo lucro presumido às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.					
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES					
Estão calculados com base no lucro presumido, com presunção de 32% sobre aluguéis da Cia e 8% para as vendas de terrenos, sendo					
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia operações em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Nessas mesmas datas o valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos equivalem aproximadamente ao valor de mercado. A companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente.					
18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)					
A companhia mantém política de contratar ou exigir seguro para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros levando em consideração a natureza das atividades. A maioria absoluta das operações comerciais é locada, onde a responsabilidade da contratação do seguro é do Locatário por força contratual e a companhia figura como beneficiária. As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras. Principais coberturas:					
Objeto de cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total de LMI	Vigência	
Prédios, equipamentos e lucros cessantes	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e demais riscos	Patrimonial	MR\$ 56.717	Junho 2024	
Responsabilidade Civil	Operações Shopping Center, guarda de veículos de terceiros, empregador, riscos contingentes de veículos, circulação de equipamentos, danos ao conteúdo e danos morais	RC	MR\$ 10.000	Junho 2024	
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	100% FIPE	Novembro 2024	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA			
Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Presidente)		Luciano Adures de Oliveira (Diretor Presidente)			
Ivon Luiz de Oliveira Júnior (Vice-Presidente)		Augusto Lauro de Oliveira Júnior (Diretor Vice-Presidente)			
Carlos Eduardo Lobato		Luis Eduardo Bastos dos Santos (Diretor de Operações)			
Joaquim Luiz de Oliveira Júnior		Marcelo Augusto Furlan dos Santos (Diretor Administrativo Financeiro)			
Luciano Adures de Oliveira		CONTADOR			
Sérgio Martins de Oliveira (Conselheiros)		Wesley Ramos Dias (Contador CRC-PR-039924/O)			
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
Aos Administradores e Acionistas Real Empreendimentos S.A. Porto Alegre - RS					
Opinião					
Examinamos as demonstrações financeiras da Real Empreendimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.					
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Real Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.					
Base para opinião					
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.					
Outros assuntos					
Demonstrações do valor adicionado					
As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.					
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras					
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.					
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.					
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.					
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas					
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com					
as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.					
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e se as demonstrações financeiras e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. 					
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.					
Porto Alegre, RS, 15 de março de 2024.					
Aderbal Alfonso Hoppe Contador - CRCSC nº 020036-0-8 T-SP Taticca Auditores Independentes S.S. CRC 2 SP-032267/O-1 CVM 12.220					

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC